

NOTÍCIAS JURÍDICAS

[Governo lança novo REFIS de dívidas tributárias, por meio de Medida Provisória 783](#)

O PRESIDENTE MICHEL TEMER EDITOU NOVA MEDIDA PROVISÓRIA (MP 783) SOBRE O REFIS, PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE...

O PARCELAMENTO PODE SER FEITO EM ATÉ 180 MESES E OS DESCONTOS PODEM CHEGAR A ATÉ 90% NOS JUROS E 50% NAS MULTAS. DE ACORDO COM O TEXTO PUBLICADO, É POSSÍVEL O USO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO PARA ABATIMENTO SOMENTE NOS CASOS DE DÍVIDAS DE ATÉ R\$ 15 MILHÕES.

[Cobrança de taxa de combate a incêndios por municípios é inconstitucional](#)

Por 6 votos a 4, o Supremo Tribunal Federal (STF), na manhã desta quarta-feira (24), manteve decisão do Tribunal de...

[STJ decide que lojas de animais não precisam contratar veterinários nem se registrar em conselho](#)

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou a tese de que “não estão sujeitas a registro...

[STF afasta diferença entre cônjuge e companheiro para fim sucessório](#)

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu julgamento que discute a equiparação entre cônjuge e companheiro para fins de sucessão, inclusive em...

[Suspensão em repetitivo não impede apreciação de tutelas de urgência](#)

Apesar da suspensão processual prevista pelo Código de Processo Civil em virtude de determinação de julgamento de ação sob o rito dos recursos repetitivos (artigo 1.037, inciso, II, do CPC), não há impedimento para a concessão de tutelas provisórias urgentes, caso o magistrado entenda estarem cumpridos os requisitos de urgência e de risco irreparável (artigo 300 do CPC). Também não

[STF alterada a sua jurisprudência e decide que é possível a cobrança de IPTU de empresa privada que ocupe imóvel público](#)

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, nesta quinta-feira (6), dois Recursos Extraordinários (REs 594015 e 601720), com repercussão geral, reconhecendo a constitucionalidade da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) da Petrobras, relativo a terreno arrendado no porto de Santos, e de uma concessionária de veículos no Rio de Janeiro, ocupando terreno em contrato de concessão com a Infraero.

NA MÍDIA

23.05.2017 – [Mesmo podendo negociar alta de alíquota com a União, governo do Rio quer aprova-la](#)



Este Informativo foi elaborado e divulgado com o objetivo de informar e debater os temas apresentados, não devendo ser considerado um parecer jurídico para fundamentação de negócios ou operações específicas. Todos os Direitos são reservados a Leonardo Pessoa.